

RELATÓRIO

1976



TRIBUNAL DE JUSTIÇA
ESTADO DE PERNAMBUCO

Biblioteca TJP *desolues*

BIBLIOTECA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA (PALÁCIO DE JUSTIÇA)



Pernambuco. Tribunal de Justiça
(RB=5086) Relatório 1976

F000139

F 341.4197(PE) P452r 1976

F 341.4197 (PE)
P452r
1976





TRIBUNAL DE JUSTIÇA
ESTADO DE PERNAMBUCO

RELATÓRIO
1976



TRIBUNAL DE JUSTIÇA
ESTADO DE PERNAMBUCO

RELLATORIO

1914	1086.
5719	12.1.77

TJPE - BIBLIOTECA

Excelentíssimos Senhores Desembargadores:

1.1. Com esta sessão de suas Câmaras Conjuntas, o Tribunal de Justiça de Pernambuco, encerra, solenemente, as atividades do ano judiciário de 1976, ao mesmo tempo que empossa os novos dirigentes do Poder Judiciário do Estado para um novo exercício a iniciar-se sob a chefia do eminente Desembargador Pedro Martiniano Lins.

1.2. Chego de consciência leve ao fim de minha gestão pela certeza do dever cumprido. Tudo fiz por acertar. Dei ao Tribunal o que tinha de melhor do meu esforço com a preocupação maior de servir à Justiça e não decepcionar os que em mim acreditaram. Para os erros que os há, peço compreensão; para os acertos, se existem, o reconhecimento dos que me julgam.

Cada um tem seu próprio estilo de governo. Costumo exercitar-me na auto-crítica, mas cuido, sem falsa modéstia, poder dizer que implantei nesta Casa um novo modelo de administrar justiça e agora o exponho a julgamento público, atento que sempre estive àquela salutar advertência de Ruy Barbosa: "Lembraí-vos Juízes de que vós julgais o povo, mas o povo julga a vossa justiça".

1.3. Com este introito, Senhores Desembargadores, tenho a honra de prestar contas a Vossas Excelências do que pude realizar nos doze meses do meu mandato de Presidente desta Colenda Corte de Justiça, o que faço em cumprimento do dispositivo do Art. 25, inc. XXX do Código de Organização Judiciária do Estado.

TJPE - BIBLIOTECA

Excelentíssimos Senhores Desembargadores:

1.1. Com esta sessão de suas Câmaras Conjuntas, o Tribunal de Justiça de Pernambuco, encerra, solenemente, as atividades do ano judiciário de 1976, ao mesmo tempo que empossa os novos dirigentes do Poder Judiciário do Estado para um novo exercício a iniciar-se sob a chefia do eminente Desembargador Pedro Martiniano Lins.

1.2. Chego de consciência leve ao fim de minha gestão pela certeza do dever cumprido. Tudo fiz por acertar. Dei ao Tribunal o que tinha de melhor do meu esforço com a preocupação maior de servir à Justiça e não decepcionar os que em mim acreditaram. Para os erros que os há, peço compreensão; para os acertos, se existem, o reconhecimento dos que me julgam.

Cada um tem seu próprio estilo de governo. Costumo exercitar-me na auto-crítica, mas cuido, sem falsa modéstia, poder dizer que implantei nesta Casa um novo modelo de administrar justiça e agora o exponho a julgamento público, atento que sempre estive àquela salutar advertência de Ruy Barbosa: "Lembraí-vos Juízes de que vós julgais o povo, mas o povo julga a vossa justiça".

1.3. Com este introito, Senhores Desembargadores, tenho a honra de prestar contas a Vossas Excelências do que pude realizar nos doze meses do meu mandato de Presidente desta Colenda Corte de Justiça, o que faço em cumprimento do dispositivo do Art. 25, inc. XXX do Código de Organização Judiciária do Estado.

TJPE - BIBLIOTECA

Excelentíssimos Senhores Desembargadores:

1.1. Com esta sessão de suas Câmaras Conjuntas, o Tribunal de Justiça de Pernambuco, encerra, solenemente, as atividades do ano judiciário de 1976, ao mesmo tempo que empossa os novos dirigentes do Poder Judiciário do Estado para um novo exercício a iniciar-se sob a chefia do eminente Desembargador Pedro Martiniano Lins.

1.2. Chego de consciência leve ao fim de minha gestão pela certeza do dever cumprido. Tudo fiz por acertar. Dei ao Tribunal o que tinha de melhor do meu esforço com a preocupação maior de servir à Justiça e não decepcionar os que em mim acreditaram. Para os erros que os há, peço compreensão; para os acertos, se existem, o reconhecimento dos que me julgam.

Cada um tem seu próprio estilo de governo. Costumo exercitar-me na auto-crítica, mas cuido, sem falsa modéstia, poder dizer que implantei nesta Casa um novo modelo de administrar justiça e agora o exponho a julgamento público, atento que sempre estive àquela salutar advertência de Ruy Barbosa: "Lembraí-vos Juízes de que vós julgais o povo, mas o povo julga a vossa justiça".

1.3. Com este introito, Senhores Desembargadores, tenho a honra de prestar contas a Vossas Excelências do que pude realizar nos doze meses do meu mandato de Presidente desta Colenda Corte de Justiça, o que faço em cumprimento do dispositivo do Art. 25, inc. XXX do Código de Organização Judiciária do Estado.

2. PRESIDÊNCIA

2.1. Logo no início de minha administração, percebi a carência de um setor de assessoria para equacionar e dinamizar os trabalhos afetos ao Gabinete da Presidência. Procurando suprir a lacuna, convoquei para o Gabinete o Bel. Agenor Ferreira de Lima. Juiz de Direito titular da 3ª. Vara dos Delitos contra o Patrimônio, o qual vem de prestar inestimável colaboração no assessoramento da Presidência no que diz respeito à execução da múltipla e variada tarefa de sua competência; possibilitando assim um nível de rendimento nunca dantes atingido. A ele, o penhor do meu melhor reconhecimento.

2.2. Foram prestadas ao Supremo Tribunal Federal quatro informações em processos de habeas-corpus e uma ao Tribunal de Justiça, em mandado de segurança. Informações outras, em número de 8, em matéria administrativa, foram encaminhadas a diferentes autoridades. A Presidência fez expedir 37 atos, 78 portarias, 233 ofícios, 5 circulares e um avultado número de telegramas; tendo recebido 207 ofícios e também grande número de telegramas e examinou 74 petições de recursos extraordinários, sendo 65 em matéria cível e 9 em matéria criminal. Desses recursos 10 foram admitidos e 64 inadmitidos.

3. COMPOSIÇÃO DO TRIBUNAL

3.1. Foi a seguinte a composição do Tribunal de Justiça no exercício de 1976:

- ✓ Des. Ovílio Neiva Coêlho — Presidente
- ✓ Des. Geraldo Magela Dantas Campos — Vice-Presidente
- ✓ Des. João Batista Guerra Barretto — Corregedor Geral da Justiça
- ✓ Des. Augusto de Souza Duque
- ✓ Des. Cláudio de Moraes Vasconcelos
- ✓ Des. José Ferraz Ribeiro do Valle
- ✓ Des. Pedro Martiniano Lins
- ✓ Des. Aderson Antão de Carvalho
- ✓ Des. Nelson Pereira de Arruda
- ✓ Des. José Pessoa de Oliveira Cavalcanti
- ✓ Des. Agamenon Duarte Lima
- ✓ Des. Pedro Ribeiro Malta
- ✓ Des. Gabriel Lucena Cavalcanti
- ✓ Des. Benildes de Souza Ribeiro
- ✓ Des. Jeová da Rocha Vanderlei

3.2. O Tribunal, por suas Câmaras Conjuntas, fez a indicação dos membros do Tribunal Regional Eleitoral para o próximo biênio de exercício, pela forma seguinte: na classe de magistrado foram escolhidos os desembargadores Nelson Pereira de Arruda, Ovílio Neiva Coêlho e o Juiz José Martins de Souza Leão; na classe de jurista, o advogado Manuel Enildo Lins.

4. CONSELHO DE JUSTIÇA

4.1. No decorrer de 1976, o Conselho de Justiça funcionou com a seguinte composição: Desembargadores Ovílio Neiva Coêlho (Presidente); Geraldo Magela Dantas Campos, João Batista Guerra Barretto, Aderson Antão de Carvalho e Gabriel Lucena Cavalcanti.

4.2. SESSÕES REALIZADAS

Ordinárias	33
Extraordinárias	66

4.3. PROCESSOS DISTRIBUÍDOS

Ao Des. Geraldo Campos	66
Ao Des. Guerra Barretto	66
Ao Des. Aderson Carvalho	65
Ao Des. Gabriel Cavalcanti	65

2. PRESIDÊNCIA

2.1. Logo no início de minha administração, percebi a carência de um setor de assessoria para equacionar e dinamizar os trabalhos afetos ao Gabinete da Presidência. Procurando suprir a lacuna, convoquei para o Gabinete o Bel. Agenor Ferreira de Lima. Juiz de Direito titular da 3ª. Vara dos Delitos contra o Patrimônio, o qual vem de prestar inestimável colaboração no assessoramento da Presidência no que diz respeito à execução da múltipla e variada tarefa de sua competência; possibilitando assim um nível de rendimento nunca dantes atingido. A ele, o penhor do meu melhor reconhecimento.

2.2. Foram prestadas ao Supremo Tribunal Federal quatro informações em processos de habeas-corpus e uma ao Tribunal de Justiça, em mandado de segurança. Informações outras, em número de 8, em matéria administrativa, foram encaminhadas a diferentes autoridades. A Presidência fez expedir 37 atos, 78 portarias, 233 ofícios, 5 circulares e um avultado número de telegramas; tendo recebido 207 ofícios e também grande número de telegramas e examinou 74 petições de recursos extraordinários, sendo 65 em matéria cível e 9 em matéria criminal. Desses recursos 10 foram admitidos e 64 inadmitidos.

3. COMPOSIÇÃO DO TRIBUNAL

3.1. Foi a seguinte a composição do Tribunal de Justiça no exercício de 1976:

- ✓ Des. Otílio Neiva Coêlho — Presidente
- ✓ Des. Geraldo Magela Dantas Campos — Vice-Presidente
- ✓ Des. João Batista Guerra Barretto — Corregedor Geral da Justiça
- ✓ Des. Augusto de Souza Duque
- ✓ Des. Cláudio de Moraes Vasconcelos
- ✓ Des. José Ferraz Ribeiro do Valle
- ✓ Des. Pedro Martiniano Lins
- ✓ Des. Aderson Antão de Carvalho
- ✓ Des. Nelson Pereira de Arruda
- ✓ Des. José Pessoa de Oliveira Cavalcanti
- ✓ Des. Agamenon Duarte Lima
- ✓ Des. Pedro Ribeiro Malta
- ✓ Des. Gabriel Lucena Cavalcanti
- ✓ Des. Benildes de Souza Ribeiro
- ✓ Des. Jeová da Rocha Vanderlei

3.2. O Tribunal, por suas Câmaras Conjuntas, fez a indicação dos membros do Tribunal Regional Eleitoral para o próximo biênio de exercício, pela forma seguinte: na classe de magistrado foram escolhidos os desembargadores Nelson Pereira de Arruda, Otílio Neiva Coêlho e o Juiz José Martins de Souza Leão; na classe de jurista, o advogado Manuel Enildo Lins.

4. CONSELHO DE JUSTIÇA

4.1. No decorrer de 1976, o Conselho de Justiça funcionou com a seguinte composição: Desembargadores Otílio Neiva Coêlho (Presidente); Geraldo Magela Dantas Campos, João Batista Guerra Barretto, Aderson Antão de Carvalho e Gabriel Lucena Cavalcanti.

4.2. SESSÕES REALIZADAS

Ordinárias	33
Extraordinárias	66

4.3. PROCESSOS DISTRIBUÍDOS

Ao Des. Geraldo Campos	66
Ao Des. Guerra Barretto	66
Ao Des. Aderson Carvalho	65
Ao Des. Gabriel Cavalcanti	65

4.4. PROCESSOS JULGADOS

Foram julgados 227 processos relatados pelos seguintes desembargadores:

Geraldo Campos	.61
Guerra Barretto	.43
Augusto Duque	.02
Aderson Carvalho	.60
Gabriel Cavalcanti	.48
Benildes Ribeiro	.13

4.5. O expediente da Secretaria do Conselho registrou o movimento seguinte:

Ofícios recebidos	.492
Ofícios expedidos	.347
Telegramas recebidos	.231
Telegramas expedidos	.003
Editais publicados	.019
Circulares expedidas	.001

5. ATUAÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES

5.1. COMISSÃO DE JURISPRUDÊNCIA

5.1.1. A Comissão de Jurisprudência integrada pelos Desembargadores Cláudio de Moraes Vasconcelos (Presidente), Pedro Ribeiro Malta e Jeová da Rocha Vanderlei teve que desenvolver um grande esforço para atualizar a nossa revista ARQUIVO FORENSE que desde o ano de 1974 não circulava. Com a publicação do Volume LX relativo ao ano de 1974, em 2 tomos; do Volume LXI referente ao primeiro semestre de 1975; e do Volume LXII, relativo ao segundo semestre do mesmo ano, deixo atualizada as edições da revista, sendo de salientar que já foi iniciada a seleção da matéria para a composição do Volume LXIII referente ao primeiro semestre de 1976.

5.1.2. A Comissão realizou 73 sessões; expediu 13 ofícios e 5 circulares; e recebeu 22 ofícios.

5.2. COMISSÃO DE ORGANIZAÇÃO JUDICIÁRIA E DE REGIMENTOS INTERNOS

5.2.1. Esta Comissão, composta pelos Desembargadores Augusto de Souza Duque (Presidente), José Pessoa de Oliveira Cavalcanti e Benildes de Souza Ribeiro, realizou 96 reuniões e procedeu, nos primeiros meses de trabalho a um metucioso estudo do ordenamento do texto do Código de Organização Judiciária do Estado, tendo em vista a sua redação inicial e as alterações propiciadas pela Resolução nº. 11 de modo a facilitar a futura publicação de seu texto completo.

5.2.2. Grande parte das atividades da Comissão durante o exercício recém-findo foi dedicado sobretudo os trabalhos de revisão completa do projeto de Regimento Interno do Tribunal de Justiça, apresentado em 1975. Dezenas de emendas foram apresentadas com vistas à adaptação do projeto inicial às alterações trazidas pela Resolução nº. 11 para o Código de Organização Judiciária do Estado.

5.2.3. Desse trabalho de revisão resultou a adoção de uma seção no Capítulo V. do Título VI que trata "DA INTERVENÇÃO NO ESTADO E NOS MUNICÍPIOS"; e mais dois novos capítulos que se ocupam respectivamente "DA REMOÇÃO VOLUNTÁRIA DOS JUIZES DE DIREITO" e "DA REMOÇÃO COMPULSÓRIA E DISPONIBILIDADE DOS MAGISTRADOS".

5.2.4. Cuidadoso trabalho de renumeração de todos os artigos foi desenvolvido, em virtude do acréscimo de 29 artigos ao texto original do projeto.

6. ATUAÇÃO DOS DEPARTAMENTOS

6.1 DEPARTAMENTO DE JURISPRUDÊNCIA E PUBLICAÇÕES

6.1.1. Durante o ano de 1976, os departamentos Cível e Criminal receberam um total de 2.019

processos, sendo 795 cíveis e 1.224 criminais. Foram datilografados 1.511 acórdãos e ainda confeccionados 19 livros de registro de acórdãos cíveis e 20 de acórdãos criminais. Foram distribuídos 3.000 volumes da revista ARQUIVO FORENSE.

6.1.2. A Divisão de Jurisprudência recebeu a visita, em trabalho de pesquisa, de vários advogados desta Capital, do Interior e dos Estados da Paraíba e Alagoas.

6.1.3. Fez publicar no Diário da Justiça 357 ementas dos diversos julgados do Tribunal de Justiça do Estado, assim discriminados:

Direito Civil94
Direito Penal86
Direito Comercial23
Direito Administrativo	25
Direito Processual Civil70
Direito Processual Penal59

6.2 DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO E PESSOAL

6.2.1. **Nomeações**-No exercício de 1976, passou a integrar o Tribunal de Justiça o Exmo. Sr. Des. Jeová da Rocha Vanderlei nomeado para preenchimento da vaga deixada pelo saudoso Des. José Antônio de Souza Ferraz.

Foram também nomeados para o cargo de Juiz Substituto os bacharéis Luiz Carlos Mariz, para Floresta; Dorgival Verçosa, para Flores; e Válter Melo, para Águas Belas.

6.2.2. **Remoções**-Na Capital — Bel. Manuel de Santa Cruz Valadares para a 2ª. Vara Criminal; Bel. Aluiz Tenório de Brito para a 1ª. Vara Cível; e o Bel. José Foerster para a Vara da Fazenda Estadual.

No Interior — Bel. Márcio de Albuquerque Xavier para Paulista; Bel. Pedro Fernandes de Oliveira para a 1ª. Vara de Olinda; Bel. Enéas Bezerra Barros para a 2ª. Vara de Olinda; Bel. Francisco Muniz Arraes para a 1ª. Vara de Jaboatão; Bel. Demóstenes Batista Veras, para a 3ª. Vara de Caruaru; e o Bel. Vânio Fox da Rocha Pereira para Santa Cruz do Capibaribe, Comarca recentemente restaurada.

Foram ainda removidos os seguintes juízes substitutos — Bel. Josias Horácio da Silva para Cabrobó; Bel. Rivadávia Brayner, para Passira; Bel. Emanuel Santos, para Brejo da Madre de Deus; Bel. Antônio Oliveira para Lajedo; e o Bel. Aquino Reis para Sirinhaém.

6.2.3. **Promoções**-Para a Capital ocorreram as promoções seguintes: Por merecimento, Bel. Célio de Castro Montenegro para a 5ª. Vara Criminal; Bel. Hélio Barros de Siqueira Campos para o cargo de Juiz de Direito Substituto; e

— Por antiguidade, Béis. Alcindo Torres de Carvalho Lopes e Senyr Jatahy de Sampayo para cargo de Juiz de Direito Substituto.

No Interior foram promovidos, por merecimento, os Béis. Aristóteles de Siqueira Campos e José Alencar Dias da Costa Araújo, respectivamente, para São José do Egito e 1ª. Vara da Comarca de Petrolina; e, por antiguidade, o Bel. Luiz Gonzaga Padilha para Belo Jardim.

6.2.4. **Falecimentos**: Registramos com pesar o falecimento do Des. José Antônio de Souza Ferraz e dos Juízes de Direito da Capital Béis. Antônio de Souza Dantas e José Cavalcanti Padilha.

6.2.5. Realizou-se concurso para o cargo de datilógrafo cuja Comissão Examinadora foi composta pelo Des. Jeová da Rocha Vanderlei, Bel. Gilberto Augusto Gondim, Juiz da Capital e Bel. Rinaldo Motta, Chefe de Gabinete da Presidência. Foram aprovados 36 candidatos dos quais 7 já foram nomeados e tomaram posse no cargo. Ao todo, ocorreram 21 nomeações e posses de funcionários na Secretaria do Tribunal de Justiça.

6.2.6. Biblioteca

Bem elaborado e rico em sugestões do maior interesse para os serviços bibliotecários do Tribunal foi o relatório subscrito pela bibliotecária D. Maria Leônia de Araújo.

Dele constam os seguintes dados informativos:

Acervo da Biblioteca

Ano de 1975 9.910

Ano de 1976 10.490

Ficou assim a Biblioteca enriquecida de mais 580 obras que correspondem às seguintes aquisições:

a) Compras

Periódicos75
Livros94

b) Doações

Periódicos208
Livros68
Boletins135

6.2.7 **Seção de Referência**

Empréstimos efetuados 2.300
Consultas feitas 12.350

6.2.8. A catalogação atingiu o número de 1.212. Foram classificados 110 livros e 283 periódicos. Tivemos a inserção de 1.947 fichas. Registramos, outrossim, um total de 186 unidades entre livros e periódicos consertados e encadernados. A Biblioteca expediu 26 ofícios e recebeu 10.

6.2.9. **Seção de Transporte**

No ano recém-findo o Tribunal adquiriu 4 automóveis novos marca Chevrolet Opala, mod. 1976, através de concorrência pública, dando como parte de pagamento 3 automóveis usados cujo mau estado desaconselhava, por anti-econômicas, suas restaurações.

O automóvel Ford Landau, de uso do Desembargador Presidente, foi submetido a um reparo geral, compreendendo pintura e consertos na lataria e na parte mecânica.

6.3. **DEPARTAMENTO FINANCEIRO**

A dotação orçamentária destinada ao Poder Judiciário para o exercício de 1976 foi de Cr\$ 51.553.000,00. As despesas atingiram um total de Cr\$ 52.956.242,61. Ultrapassados como foram os recursos disponíveis do orçamento do Tribunal de Justiça, fez-se necessária uma suplementação de verba, no valor de Cr\$ 1.403.242,61, tornada efetiva através dos recursos financeiros do Estado.

6.4. **DEPARTAMENTO DE MATERIAL E PATRIMÔNIO**

6.4.1. Abaixo vão relacionados os melhoramentos introduzidos pela Presidência nos diferentes setores de atividades do Tribunal, de acordo com os dados colhidos do relatório apresentado pelo Diretor do Departamento de Material e Patrimônio.

a) Restauração do Gabinete do Vice-Presidente que foi todo alcatifado e ficou servido de aparelho de ar condicionado e máquina de escrever.

Inaugurado festivamente, em 9 de maio, ocasião em que foi feita a aposição e benção do Crucifixo.

b) Aquisição de um relógio carrilhão para a Sala Des. Thomaz de Aquino Cirilo Wanderley e aposição, na mesma sala, do Cristo Crucificado, em cerimônia religiosa oficiada por Monsenhor Severino Nogueira.

c) Destinação de uma sala do andar térreo ao Setor de Transporte a qual recebeu pintura nova, bebedouro, telefone, além de birô e cadeiras.

d) Pintura geral externa do Palácio da Justiça.

e) Iluminação por refletores de toda a fachada do Palácio da Justiça, material e serviços doados pelo Exmo. Sr. Dr. Antônio Farias DD. Prefeito do Recife.

f) Aquisição de seis aparelhos de ar condicionado para as salas das sessões do Tribunal.

g) Instalação de seis aparelhos de ar condicionado destinados aos Departamentos Cível e Criminal, bem como às seções de revisão e fichário geral.

- h) Melhoria nas cabines dos elevadores do Palácio da Justiça.
- i) Aquisição de 15 assinaturas para os Desembargadores das revistas JULGADOS DO TRIBUNAL DE ALÇADA CÍVEL E CRIMINAL DE SÃO PAULO e DA REVISTA DE JURISPRUDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE SÃO PAULO, cortesia da LEX EDITORA S.A.
- j) Estudo e plano para a implantação de um sistema de proteção contra incêndio do Palácio da Justiça feito por solicitação da Presidência pelo Setor de Planejamento do Corpo de Bombeiros.
- l) Aquisição de vestuário e calçado para os motoristas e contínuos do Tribunal.
- m) Aquisição de novas vestes talares em tergal, para três Desembargadores.
- n) Aquisição de uma máquina de escrever nova para o Gabinete da Vice-Presidência.
- o) Aquisição de um conjunto de aparelho telefônico G T E instalado na sala dos Desembargadores e recuperação de 5 cadeiras desta mesma sala.
- p) Recuperação de uma estante de estilo, almofadada que se destinou à Secretaria do Conselho de Justiça.
- q) Recuperação de dois ventiladores de pé, um destinado à sala de espera de casamentos e outro à sala dos motoristas.
- r) Conserto em dois gravadores do equipamento de som do Tribunal.
- s) Grades de madeira envidraçadas para a vedação das salas dos Departamentos Cível e Criminal e Seções de Revisão e Fichário para possibilitar a instalação de aparelhos de ar condicionado.
- t) Aquisição de 15 assinaturas para os Desembargadores da Coletânea LEX de Legislação Federal e Marginália.
- u) Aquisição de 8 molduras em madeira com placas de metal destinadas à colocação de fotografias dos ex-Presidentes do Tribunal para a composição da galeria.
- v) Aquisição de 3 armários em acrílico para o Departamento Financeiro.
- x) Recomposição do material da copa.

7. RELAÇÕES PÚBLICAS

7.1 Foi em clima de perfeita compreensão e cordialidade que se desenvolveu o relacionamento do Poder Judiciário com o Chefe do Executivo Estadual e o Presidente da Assembléia Legislativa do Estado, nas pessoas de Suas Excelências o Governador Dr. José Francisco de Moura Cavalcanti e Deputado Dr. Carlos Moura de Moraes Veras, respectivamente.

Recebi pessoalmente, na qualidade de Presidente desta Corte de Justiça, as mais comoventes demonstrações do alto apreço que Sua Excelência o Governador do Estado dispensa ao Tribunal. Trata-se de um relacionamento inspirado nos mais elevados propósitos, objetivando a realização dos fins do Estado que se têm valorizado sobretudo na atuação do Secretário da Justiça, o Dr. Sérgio Higino Dias dos Santos Filho, de quem também tenho recebido constante e construtiva cooperação. Na verdade, esforços não foram poupados pelo Chefe do Executivo e seu dinâmico Auxiliar no atendimento dos programas e metas que esta Presidência perseguiu e conseguiu realizar.

Tenho, pois, a gratíssima satisfação de proclamar de público o meu especial reconhecimento a Sua Excelência o Governador Dr. José Francisco de Moura Cavalcanti e a seu Secretário da Justiça o Dr. Sérgio Higino Dias dos Santos Filho pelo apoio e prestígio proporcionados a tudo que disse respeito aos interesses do Poder Judiciário.

7.2 O Tribunal de Justiça esteve presente a diversas solenidades cívicas levadas a efeito pelo Estado e pelos Comandos das Forças Armadas sediadas nesta Capital.

7.3 Fez-se representar, por seu Presidente, a convite de Sua Excelência o Ministro da Justiça, nas cerimônias religiosas da celebração do "Dia Nacional de Ação de Graças" que tiveram lugar no dia 25 de novembro próximo findo, na Catedral de Brasília.

7.4 Recebeu a visita das mais destacadas figuras dos meios oficiais estadual e federal, como vão abaixo relacionadas:

VISITANTES EM 1976

Ministro Djaci Falcão — Presidente do Supremo Tribunal Federal.

Deputado Audomar Ferraz

Des. José Joaquim Ramos Filgueiras, do Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão.

Dr. Walter Benjamim de Medeiros, Diretor do DETRAN.

Des. Amílcar Laurindo Ribas, do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro.

Paulo Frederico Maciel, Magnífico Reitor da Universidade Federal de Pernambuco.
Comissão do Rotary Club presidida pelo Dr. Eudes Souza Leão.
Deputado Lusmar Lóssio.
Sr. Michel Legendre, Embaixador da França.
Dr. João Carlos Pinto Bessa Versteeg, Cônsul de Portugal.
Contra-Almirante Arthur Ricart da Costa, Comandante do III Distrito Naval.
Dr. Arnaldo Lemos
Sr. Lamartine Holanda Júnior, Cônsul da Costa Rica
Cel. Guilherme Alberto Dias Cal, Chefe do Estado – Maior do II COMAR
Dr. Mário Tobias Figueira de Melo, Procurador da Justiça, no Estado do Rio de Janeiro.
General Argus Lima, Comandante do IV Exército.
Sr. Marvin Hoffenberg, Cônsul dos Estados Unidos
Concelheiro Oliveira Neto, Presidente do Tribunal de Contas.
Sr. Efraim Dowek, Cônsul Geral de Israel
Ministro Carlos Thompson Flores – Vice-Presidente do Supremo Tribunal Federal
Ministro José Geraldo Rodrigues de Alckmin – do Supremo Tribunal Federal
Gal. Moacyr Barcellos Potyguara
Prof. Mário Pessoa.
Sr. Stannislav Matocha, Cônsul da Tchecoslováquia.
General José Maria de Andrada Serpa, Comandante da 7ª. Região Militar.
Dr. Paulo Cabral de Melo, Juiz Presidente do Tribunal Regional do Trabalho.
Vice-Almirante Henrique de Mendonça Kusel.
Ministro Luiz Roberto Resende Puc, Presidente do Tribunal Superior do Trabalho.

8. COMEMORAÇÃO E ATIVIDADES CULTURAIS

ANIVERSÁRIO DO TRIBUNAL

8.1. O Tribunal de Justiça comemorou, condignamente, a passagem do seu 154º aniversário de instalação e para isso fez cumprir um bem planejado programa de festividades cívico-religiosas levado a efeito no dia 13 de agosto e que contou com as honrosas presenças dos Excelentíssimos Senhores Ministro da Justiça, Dr. Armando Ribeiro Falcão, Ministros Djaci Alves Falcão e Carlos Thompson Flores, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente do Supremo Tribunal Federal, Governadores Dr. José Francisco de Moura Cavalcanti, de Pernambuco; Dr. Tarcísio Maia, do Estado do Rio Grande do Norte e o Dr. Ivam Bechara, do Estado da Paraíba; Gal. José Maria de Andrada Serpa, Comandante do IV Exército e representante de Sua Excelência o Ministro do Exército; Brigadeiro Rodolfo Becker, Comandante do II COMAR; Almirante Arthur Ricart Costa, Comandante do 3º Distrito Naval; Dr. Paulo Gustavo de Araújo Cunha, Vice-Governador do Estado de Pernambuco; Dr. Paulo Frederico do Rego Maciel, Reitor da Universidade Federal de Pernambuco; Dr. Hilton Guedes Alcoforado, Diretor da Faculdade de Direito do Recife; Dr. Sérgio Higino Dias dos Santos Filho, Secretário da Justiça; Dr. Antonio Farias, Prefeito do Recife; Dr. Waldemir Oliveira Lins, Procurador Geral da Justiça, além de vários professores universitários, Juízes de Direito, Promotores, advogados, estudantes, funcionários públicos.

8.2. O programa constou de celebração eucarística de ação de graças, pela manhã, na Igreja da Ordem Terceira de São Francisco, sendo oficiante o Mons. Severino Nogueira, Pároco de Santo Antônio. À tarde, Sessão Magna no Tribunal de Justiça, ocasião em que o Presidente saudou Sua Excelência o Ministro da Justiça, Dr. Armando Ribeiro Falcão, seguindo-se a conferência por este pronunciada, tendo por tema a DEMOCRACIA MODERNA. À noite, jantar de confraternização da Magistratura que aconteceu no Salão Social do Clube Português do Recife.

CONFRATERNIZAÇÃO DO NATAL

8.3. A 19 de dezembro, a Presidência promoveu a Ceia do Natal na Associação Atlética do Banco do Brasil, reunindo Juízes de todo o Estado; e no dia 21 do mesmo mês reuniu todos os funcionários do Tribunal em almoço de confraternização natalina no Restaurante Samburá, em Olinda.

ENCONTRO DOS MAGISTRADOS

8.4. Tendo por objetivo o estudo e debate dos mais palpitantes temas de direito de interesse para a atividade judicante e ao mesmo tempo oferecer oportunidade para o conagração dos Juízes, o Tribunal promoveu dois encontros regionais dos magistrados pernambucanos com êxito surpreendente.

8.5. O primeiro realizou-se na cidade de Arcoverde no período de 8 a 11 do mês de setembro. O segundo teve lugar na cidade de Garanhuns, no período de 20 a 23 de outubro.

8.6. As reuniões plenárias foram muito concorridas. Além do Secretário de Justiça, Dr. Sérgio Higinio Dias dos Santos Filho, representando o Governador Moura Cavalcanti, Desembargadores e Juízes, estiveram presentes promotores, advogados, professores e estudantes universitários, todos demonstrando um invulgar interesse e aguda curiosidade em torno dos momentosos temas jurídicos explanados por professores de reconhecido relevo nas letras jurídicas, não apenas provincianas, mas nacionais. Tivemos, assim, excelentes aulas de Direito proferidas pelos professores Torquato Castro, José de Moura Rocha, Everardo Luna, Romualdo Marques, Homero Freire, Antônio de Brito Alves, Des. Ribeiro do Valle, Procurador Evandro Onofre; Juízes Rosa e Silva Sobrinho e Antônio Luiz de Barros.

Os conclaves atingiram plenamente seus objetivos, proporcionando real proveito aos Juízes através da troca de conhecimentos e experiências na difícil arte de julgar.

8.7. A Presidência acaba de reunir todas as teses relatadas e debatidas nos dois encontros da magistratura para a publicação dos respectivos anais.

8.8. Foram publicadas em plaquetes o discurso de posse do Presidente deste Tribunal, bem assim a Conferência sob o tema A DEMOCRACIA MODERNA pronunciada pelo Ministro Armando Falcão na Sessão Magna comemorativa do aniversário desta Corte de Justiça.

9. ENCERRAMENTO

9.1. Concluindo este relatório, desejo manifestar os meus mais sinceros agradecimentos a todas as autoridades civis e militares, aos Desembargadores, ao Procurador Geral da Justiça, Procuradores de Justiça, Juízes, membros do Ministério Público, advogados, funcionários e serventuários de justiça pela colaboração deles recebida no desempenho do meu mandato de Presidente que hoje finda.

Ao ensejo, renovo a Vossas Excelências a expressão da minha cordial estima e especial apreço.

Desembargador Otávio Neiva Coelho
Presidente



TJPE - BIBLIOTECA

ANEXOS

ESTATÍSTICA

FEITOS QUE DERAM ENTRADA DURANTE O ANO DE 1976

ESPÉCIE	PROCESSOS		TOTAL
	Cíveis	Criminais	
Rec. Oriundos do C. Justiça (administrativos)		5	5
Agravo de Petição	3		3
Agravo Regimental	5		5
Apelação	474	309	783
Ação Rescisória	17		17
Mandado de Segurança	62		62
Revisão Criminal		69	69
Agravo de Instrumento	59		59
Recurso Crime de Absolvição		31	31
Recurso Crime de Habeas-Corpus		82	82
Recurso Crime de Reabilitação		7	7
Recurso Crime em sentido estrito		46	46
Recurso Ex-Officio		23	23
Exceção de Incompetência		2	2
Impugnação do valor da causa		6	6
Agravo de Despacho Denegatório de Recurso Extraordinário		43	43
Desaforamento		4	4
Exceção de Suspeição	6		6
Medida Cautelar		3	3
Arguição de Relevância	7		7
Conflito de Jurisdição	4		4
Pedido de Verificação de Cessação de Periculosidade		5	5
Recurso Extraordinário	97		97
Recurso Ordinário		4	4
Habeas-Corpus		129	129
TOTAIS	730	787	1.517

JULGAMENTOS CÍVEIS

DESEMBARGADORES	CÁMARAS			REUNIDAS	CONJUNTAS	TOTAL
	1a.	2a.	3a.			
CLÁUDIO VASCONCELOS						
Apelações Cíveis	62	—	—	—	—	62
Ação Rescisória	—	—	—	2	—	2
Agravo de Instrumento	8	—	—	—	—	8
Agravo de Petição	1	—	—	—	—	1
Agravo Regimental	1	—	—	—	—	1
Conflito de Jurisdição	1	—	—	—	—	1
Embargos Declaratórios	3	—	—	—	—	3
Exceção de Suspeição	1	—	—	—	—	1
Impugnação valor da causa	—	—	—	2	—	2
Recurso de Revista	—	—	—	1	—	1
Recurso Ex-Officio	3	—	—	—	—	3
Mandado de Segurança	—	—	—	—	4	4
Representação	—	—	—	—	1	1
	80	—	—	5	5	90
PEDRO MARTINIANO LINS						
Ação Rescisória	—	—	—	4	—	4
Apelações Cíveis	49	—	—	—	—	49
Agravo de Instrumento	5	—	—	—	—	5
Embargos Declaratórios	1	—	—	—	—	1
Recurso Ex-Officio	3	—	—	—	—	3
Embargos ao Acórdão	—	—	—	—	2	2
Mandado de Segurança	—	—	—	—	3	3
Conflito de Jurisdição	1	—	—	—	—	1
Exceção de Suspeição	1	—	—	—	—	1
Rec. Conc. Mandado de Seg. e						
Agravo Petição	1	—	—	—	—	1
	61	—	—	4	5	70
PEDRO RIBEIRO MALTA						
Ação Rescisória	—	—	—	1	—	1
Agravo de Instrumento	6	—	—	—	—	6
Agravo Regimental	—	—	—	—	1	1
Embargos Declaratórios	3	—	—	—	—	3
Embargos ao Acórdão	—	—	—	—	1	1
Recurso Ex-Officio	3	—	—	—	—	3
Apelações Cíveis	62	—	—	—	—	62
Mandado de Segurança	—	—	—	—	8	8
	74	—	—	1	10	85
ALOISIO XAVIER						
Apelações Cíveis	4	—	—	—	—	4
Agravo de Instrumento	1	—	—	—	—	1
Recurso Ex-Officio	1	—	—	—	—	1
	6	—	—	—	—	6
CLEMENCEAU DUTRA						
Apelações Cíveis	3	—	—	—	—	3
	3	—	—	—	—	3
ADERSON ANTÃO DE CARVALHO						
Ação Rescisória	—	—	—	3	—	3
Apelações Cíveis	—	60	—	—	—	60
Agravo de Instrumento	—	6	—	—	—	6

Conflito de Jurisdição	-	1	-	-	-	1
Embargos ao Acórdão	-	-	-	-	2	2
Mandado de Segurança	-	-	-	-	1	1
Recurso Ex-Officio	-	2	-	-	-	2
	-	69	-	3	3	75
JOSÉ PESSOA						
Apelação Cível	-	35	-	-	-	35
Agravo de Instrumento	-	7	-	-	-	7
Embargos ao Acórdão	-	-	-	-	3	3
Mandado de Segurança	-	-	-	-	4	4
Recurso Ex-Officio	-	1	-	-	-	1
	-	43	-	-	7	50
JOÃO DAVID						
Apelações Cíveis	-	48	-	-	-	48
Agravo de Instrumento	-	10	-	-	-	10
Conflito de Competência	-	1	-	-	-	1
Embargos Declaratórios	1	1	-	-	-	2
Mandado de Segurança	-	-	-	-	2	2
Recurso Ex-Officio	-	4	-	-	-	4
	1	64	-	-	2	67
GUERRA BARRETTO						
Apelações Cíveis	-	6	-	-	-	6
Embargos Declaratórios	-	6	-	-	-	6
Questão Constitucional	-	-	-	-	1	1
	-	12	-	-	1	13
WILSON MOTTA VALENÇA						
Apelações Cíveis	-	7	-	-	-	7
Embargos Declaratórios	-	1	-	-	-	1
Mandado de Segurança	-	-	-	-	1	1
	-	8	-	-	1	9
RIBEIRO DO VALLE						
Apelações Cíveis	-	-	45	-	-	45
Agravo de Instrumento	-	-	8	-	-	8
Embargos Declaratórios	-	-	1	-	-	1
Embargos ao Acórdão	-	-	-	-	1	1
Exceção de Suspeição	-	-	1	-	-	1
Mandado de Segurança	-	-	-	-	3	3
Recurso Ex-Officio	-	-	3	-	-	3
Representação	-	-	-	-	1	1
	-	-	58	-	5	63
GABRIEL LUCENA CAVALCANTI						
Apelações Cíveis	-	-	29	-	-	29
Agravo de Instrumento	-	-	3	-	-	3
Agravo Regimental	-	-	-	1	1	2
Embargos Declaratórios	-	-	1	-	-	1
Embargos ao Acórdão	-	-	-	-	1	1
Mandado de Segurança	-	-	-	-	5	5
Rec. Ex-Officio	-	-	2	-	-	2
	-	-	35	1	7	43
JEOVÁ VANDERLEI						
Apelações Cíveis	-	-	23	-	-	23
Agravo de Instrumento	-	-	1	-	-	1
Agravo de Petição	-	-	1	-	-	1
Embargos Declaratórios	-	-	1	-	-	1
Embargos ao Acórdão	-	-	-	-	1	1
Mandado de Segurança	-	-	-	-	1	1

Recurso Ex-Officio	-	-	1	-	-	1
	-	-	27	-	2	29
ROSA E SILVA						
Apelações Cíveis	8	8	11	-	-	27
Agravo de Instrumento	-	1	2	-	-	3
Embargos Declaratórios	-	-	1	-	-	1
Recurso Ex-Officio	-	1	1	-	-	2
	8	10	15	-	-	33
AUGUSTO DUQUE						
Embargos ao Acórdão	-	-	-	-	1	1
Mandado de Segurança	-	-	-	-	2	2
	-	-	-	-	3	3
NELSON ARRUDA						
Embargos ao Acórdão	-	-	-	-	2	2
Mandado de Segurança	-	-	-	-	2	2
	-	-	-	-	4	4
GERALDO CAMPOS						
Embargos ao Acórdão	-	-	-	-	1	1
Mandado de Segurança	-	-	-	-	5	5
	-	-	-	-	6	6
DUARTE LIMA						
Embargos ao Acórdão	-	-	-	-	2	2
Mandado de Segurança	-	-	-	-	4	4
	-	-	-	-	6	6
SOUZA RIBEIRO						
Denúncia	-	-	-	-	1	1
Mandado de Segurança	-	-	-	-	2	2
	-	-	-	-	3	3
CARLOS ALBERTO MARINHO						
Apelações Cíveis	-	-	13	-	-	13
Embargos Declaratórios	2	-	-	-	-	2
Pedido Correição Parcial	-	-	1	-	-	1
Recurso Ex-Officio	-	-	1	-	-	1
	2	-	15	-	-	17
LOPES DE OLIVEIRA						
Apelações Cíveis	-	-	9	-	-	9
Agravo de Instrumento	-	-	3	-	-	3
Embargos Declaratórios	-	-	1	-	-	1
Mandado de Segurança	-	-	-	-	1	1
	-	-	13	-	1	14
EDGAR SOBREIRA						
Apelações Cíveis	-	-	2	-	-	2
	-	-	2	-	-	2
GERALDO CORREIA DA SILVA						
Apelações Cíveis	-	-	4	-	-	4
Conflito de Jurisdição	-	-	1	-	-	1
Mandado de Segurança	-	-	-	-	2	2
Recurso Ex-Officio	-	-	1	-	-	1
Questão Constitucional	-	-	-	-	1	1
	-	-	6	-	3	9
HERMES PARAYBA JUNIOR						
Mandado de Segurança	-	-	-	-	1	1
	-	-	-	-	1	1
	235	206	171	14	75	701

Recurso Ex-Officio	-	-	1	-	-	1
	-	-	27	-	2	29
ROSA E SILVA						
Apelações Cíveis	8	8	11	-	-	27
Agravo de Instrumento	-	1	2	-	-	3
Embargos Declaratórios	-	-	1	-	-	1
Recurso Ex-Officio	-	1	1	-	-	2
	8	10	15	-	-	33
AUGUSTO DUQUE						
Embargos ao Acórdão	-	-	-	-	1	1
Mandado de Segurança	-	-	-	-	2	2
	-	-	-	-	3	3
NELSON ARRUDA						
Embargos ao Acórdão	-	-	-	-	2	2
Mandado de Segurança	-	-	-	-	2	2
	-	-	-	-	4	4
GERALDO CAMPOS						
Embargos ao Acórdão	-	-	-	-	1	1
Mandado de Segurança	-	-	-	-	5	5
	-	-	-	-	6	6
DUARTE LIMA						
Embargos ao Acórdão	-	-	-	-	2	2
Mandado de Segurança	-	-	-	-	4	4
	-	-	-	-	6	6
SOUZA RIBEIRO						
Denúncia	-	-	-	-	1	1
Mandado de Segurança	-	-	-	-	2	2
	-	-	-	-	3	3
CARLOS ALBERTO MARINHO						
Apelações Cíveis	-	-	13	-	-	13
Embargos Declaratórios	2	-	-	-	-	2
Pedido Correição Parcial	-	-	1	-	-	1
Recurso Ex-Officio	-	-	1	-	-	1
	2	-	15	-	-	17
LOPES DE OLIVEIRA						
Apelações Cíveis	-	-	9	-	-	9
Agravo de Instrumento	-	-	3	-	-	3
Embargos Declaratórios	-	-	1	-	-	1
Mandado de Segurança	-	-	-	-	1	1
	-	-	13	-	1	14
EDGAR SOBREIRA						
Apelações Cíveis	-	-	2	-	-	2
	-	-	2	-	-	2
GERALDO CORREIA DA SILVA						
Apelações Cíveis	-	-	4	-	-	4
Conflito de Jurisdição	-	-	1	-	-	1
Mandado de Segurança	-	-	-	-	2	2
Recurso Ex-Officio	-	-	1	-	-	1
Questão Constitucional	-	-	-	-	1	1
	-	-	6	-	3	9
HERMES PARAYBA JUNIOR						
Mandado de Segurança	-	-	-	-	1	1
	-	-	-	-	1	1
	235	206	171	14	75	701

JULGAMENTOS CRIMINAIS

DESEMBARGADORES	CÂMARAS				TOTAL
	1a.	2a.	Reunidas	ADM.	
OTÍLIO NEIVA COELHO					
Apelação Crime	29	—	—	—	29
Habeas-Corpus	—	—	1	—	1
Revisão Criminal	—	—	1	—	1
Administrativos	—	—	—	188	—
	29	—	2	—	31
NELSON PEREIRA DE ARRUDA					
Apelação Crime	38	—	—	—	38
Desaforamento	2	—	—	—	2
Habeas-Corpus	—	—	46	—	46
Pedido de V. Cessação de Periculosidade	3	—	—	—	3
Recursos Crimes Diversos	12	—	—	—	12
Recurso Crime Habeas-Corpus	14	—	—	—	14
Revisão Criminal	—	—	25	—	25
	69	—	71	—	140
GERALDO CAMPOS					
Apelações Crime	93	—	—	—	93
Conflito Jurisdição	1	—	—	—	1
Desaforamento	2	—	—	—	2
Habeas-Corpus	—	—	53	—	53
Pedido V. Cessação Periculosidade	4	—	—	—	4
Recursos Crime Diversos	21	—	—	—	21
Recurso Crime H. Corpus	11	—	—	—	11
Exceção de Suspeição	2	—	—	—	2
Agravo Regimental	2	—	—	—	2
Revisão Criminal	—	—	14	—	14
	136	—	67	—	203
SOUZA RIBEIRO					
Apelação Crime	3	50	—	—	53
Desaforamento	—	1	—	—	1
Habeas-Corpus	—	—	50	—	50
Pedido V. Cessação Periculosidade	—	1	—	—	1
Recursos Crime Diversos	2	12	—	—	14
Recurso Crime H. Corpus	—	16	—	—	16
Conflito de Jurisdição	—	1	—	—	1
Revisão Criminal	—	—	11	—	11
	5	81	61	—	147
RODRIGUES DOS SANTOS					
Apelação Crime	5	—	—	—	5
Recursos Crime Diversos	1	—	—	—	1
Revisão Criminal	—	—	12	—	12
	6	—	12	—	18
HERMES PARAYBA JUNIOR					
Apelação Crime	13	—	—	—	13
Habeas Corpus	—	—	8	—	8
Recursos Crime Diversos	2	—	—	—	2
Recurso Crime de H. Corpus	6	—	—	—	6
Revisão Criminal	—	—	5	—	5
	21	—	13	—	34

AUGUSTO DUQUE

Apelação Crime	—	89	—	—	89
Desaforamento	—	2	—	—	2
Habeas-Corpus	—	—	59	—	59
Recursos Crime Diversos	—	19	—	—	19
Recurso Crime H. Corpus	—	16	1	—	17
Revisão Criminal	—	—	24	—	24
	—	126	84	—	210

AGAMENON DUARTE LIMA

Apelações Crime	—	83	—	—	83
Desaforamento	—	2	—	—	2
Conflito de Jurisdição	—	1	—	—	1
Embargos Declaratórios	—	1	—	—	1
Habeas-Corpus	—	—	58	—	58
Pedido de V. Cessação	—	—	—	—	—
Periculosidade	—	2	—	—	2
Recursos Crime Diversos	—	20	—	—	20
Recurso Crime Habeas Corpus	—	23	2	—	25
Revisão Criminal	—	—	21	—	21
	—	132	81	—	213

JOSÉ MARTINS DE SOUZA LEÃO

Apelação Crime	—	9	—	—	9
Recursos Crime Diversos	—	2	—	—	2
Revisão Criminal	—	—	10	—	10
	—	11	10	—	21

NILSON CARNEIRO LEÃO

Apelação Crime	—	5	—	—	5
Pedido V. Cessação	—	—	—	—	—
Periculosidade	—	1	—	—	1
Recursos Crime Diversos	—	1	—	—	1
Revisão Criminal	—	—	10	—	10
	—	7	10	—	17

CLODOALDO PEIXOTO DE OLIVEIRA

Habeas-Corpus	—	—	1	—	1
	—	—	1	—	1

266	357	412	188	1.035
------------	------------	------------	------------	--------------

JULGAMENTOS POR RELATOR

DESEMBARGADORES		Quantidades
01 – Oflíio Neiva Coelho	188 administ.	31
02 – Augusto de Souza Duque		213
03 – Cláudio Vasconcelos		90
04 – José Ferraz Ribeiro do Valle		63
05 – Pedro Martiniano Lins		70
06 – João Batista Guerra Barreto		13
07 – Aderson Antão de Carvalho		75
08 – José Pessoa de Oliveira Cavalcanti		50
09 – Nelson Pereira de Arruda		144
10 – Geraldo Dantas Campos		209
11 – Agamenon Duarte Lima		219
12 – Pedro Ribeiro Malta		85
13 – Gabriel Lucena Cavalcanti		43
14 – Benildes de Souza Ribeiro		150
15 – Jeová Vanderlei		29
16 – Clodoaldo Peixoto de Oliveira		1
17 – José Martins de Souza Leão		21
18 – Francisco Assis Rosa e Silva Sobrinho		33
19 – Carlos Alberto Marinho		17
20 – José Lopes de Oliveira		14
21 – Aloísio de Melo Xavier		6
22 – João David de Souza Filho		67
23 – Geraldo Correia da Silva		9
24 – Francisco Rodrigues dos Santos		18
25 – Edgar Sobreira de Moura		2
26 – Nilson Carneiro Leão		17
27 – Wilson Mota Valença		9
28 – Hermes Paraiba Júnior		35
29 – Clemenceau Dutra		3
TOTAL		1.736

SESSÕES REALIZADAS

CÂMARAS	Conjuntas	Cíveis	Criminais	TOTAL
1a.	—	41	34	75
2a.	—	36	38	74
3a.	—	35	—	35
Reunidas	—	14	45	59
Conjuntas	43	—	—	43
TOTAIS	43	126	117	286



Pernambuco. Tribunal de Justiça

AUTOR

Relatório 1976

TÍTULO

341.4197(PE) P452r 1976 5719-77

Devolver em	NOME DO LEITOR

Prove que sabe honrar os seus compromissos devolvendo com pontualidade este livro à Biblioteca.

Pernambuco. Tribunal de Justiça

Relatório 1976

F 341.4197(PE) P452r 1976 5719-77

